



ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

No **domínio económico**, tendo como base de gestão o financiamento atribuído pelas tutelas e o seu estatuto de entidade pública empresarial, continua a ser difícil falar de sustentabilidade de uma empresa como o Teatro Nacional D. Maria II. O facto de prosseguir objectivos e obrigações de serviço público condiciona, como se sabe, o preço dos bilhetes e em tempos críticos como são os que a sociedade portuguesa atravessa, diversificar a tipologia de preços e reduções pareceu mais acertado para manter a corrente de público, do que procurar aumentar a receita pela via do aumento do preço do ingresso.

O diferencial existente não é compensável através do montante da indemnização atribuída anualmente pelo Estado. A sustentabilidade só se atinge por via do equilíbrio entre custos fixos e de investimento do Teatro e custos de programação, já que as receitas próprias são limitadas e, para além da bilheteira, só surgem da venda de livros ou da cedência de espaço, sempre condicionada à actividade de preparação e exibição dos espectáculos.

Não sendo, por outro lado, expectável que instituições privadas invertam a sua tendência para pouco ou nada apoiar o sector público e, sobretudo, as instituições estatais que desenvolvem actividade artística, apostando pelo contrário em criar Fundações ou em desenvolver projectos de divulgação de arte a artistas que escolhem à medida das suas estratégias de marketing, será difícil encontrar mecenas para o TNDM II, como aconteceu em 2010.

Apesar de em 2010 a SECIL ter sido mecenas do TNDM II, apoiando a realização de actividades no âmbito do programa TEIA, e de terem existido parcerias pontuais para manutenção e comunicação, que constituíram um interessante contributo de alguns empresários com repercussões no investimento e na exploração do Teatro, convém não perder de vista que a discussão em torno do papel da sociedade civil na criação de cultura e do contributo desta no crescimento económico, deve ter em conta a responsabilidade fundamental do Estado na validação e consolidação das instituições culturais que prestam serviço público.



Convém ainda ressaltar a **absoluta necessidade de cumprimento por parte das tutelas dos seus compromissos**, sob pena de as dificuldades de tesouraria fazerem claudicar todo o esforço no sentido do cumprimento da medida Pagamento a tempo horas (45 dias em média, neste momento). Nos anos de 2009 e de 2010, o TNDM II, em parte por falta ou atraso na celebração do Contrato-Programa, foi obrigado a contrair dois empréstimos junto da DGTF para poder cumprir os seus compromissos e não entrar de novo em ruptura financeira, os quais foram reembolsados apenas no final de cada exercício.

No entanto, graças a uma política de contenção iniciada em 2008 e à introdução no Teatro da gestão por projecto, bem como à redefinição das equipas e das suas condições de trabalho, o controlo da gestão do orçamento previsto para 2010 foi assegurado.

Quanto aos **domínios social e ambiental**, fazem parte das acções da actual Administração desde Agosto de 2008, a execução das seguintes medidas: as regras de igualdade no tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres no recrutamento de pessoal; a qualificação desse mesmo pessoal através do estímulo à participação em acções de formação ou à prossecução de estudos (a totalidade dos trabalhadores do TNDM II foi abrangida por acções de formação em 2010; a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional, através da adaptação da tipologia de horários aos conteúdos funcionais e às condições concretas da actividade, a implementação regular de medições da qualidade do ar; o cumprimento de medidas de segurança e higiene no trabalho; a prática de reciclagem e progressiva adopção e expansão dos meios informáticos (criação de uma Intranet) e de desmaterialização na actividade do Teatro.

Deu-se igualmente execução à aprovação das Normas de Segurança dos Sistemas de Informação, iniciou-se o projecto de Medidas de Auto-Protecção do TNDM II, que inclui um Plano de Prevenção e um Plano de Emergência, e deu-se seguimento ao cumprimento das disposições de segurança do edifício assinaladas pela IGAC.

O reconhecimento do mérito dos trabalhadores como factor decisivo na progressão profissional conduziu à produção de um modelo de avaliação de desempenho que foi implementado, no início do ano de 2010, pela primeira vez (em referência a 2009).



Merecem ser realçados os efeitos benéficos previsíveis de um trabalho de reposicionamento dos trabalhadores do Teatro, bem como de definição e sistematização de procedimentos de actuação nos diversos sectores, que se prolongou durante o ano de 2010, dando origem à elaboração de documentos / Manuais de Procedimentos específicos para algumas direcções, como é o caso da DREFC.

Intervenções já realizadas tais como investimento nos camarins e nas instalações sanitárias, para adequar estas a pessoas com mobilidade condicionada, visaram criar melhores condições de trabalho e de conforto para os frequentadores do Teatro.

A realização, em 2010, de estágios profissionais acordados com a Escola Superior de Teatro e Cinema, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Escola de Moda – Magestil e o Chapitô, foi ao encontro da obrigação de prestar serviço público e de corresponder às necessidades da comunidade educativa como compete a um Teatro Nacional.